

O que é o Convênio Escolar

Afinal, perguntarão os que lêem este número de *Habitat*, o que é o "Convênio"? Uma lei federal, de 1942, retificada e ratificada em 1946 pela Constituição, mandava que União, Estados e Municípios aplicassem, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, determinada porcentagem da arrecadação de impostos.

A princípio visava a lei tão somente o ensino primário. Em a nossa Capital a situação se apresentava da seguinte forma: — todo o ensino nos seus mais diversos grados e modalidades a cargo do Estado ou da iniciativa particular atendendo a Municipalidade tão somente a uma parte da assistência devida ao escolar através das bibliotecas e parques infantis e de auxílios a entidades oficiais ou particulares.

Do exame da situação resultou ser apreciável a porcentagem da população escolar de 7 a 14 anos que não sabia ler nem escrever e sem scola, que as várias modalidades de assistência aos escolares nessa idade era diminuta.

Constatado ainda foi não haver escolas de grau médio em número suficiente para receberem as crianças até 14 anos, idade em que passavam a tornar-se aptas para o trabalho e ao trabalho em sua maioria eram encaminhadas.

Consequentemente, o problema das crianças ao abandono nas ruas se apresentava impressionante, uma porta aberta para o parasitismo e a delinquência.

O que fazer? Já cumpria o Estado, e o excedia mesmo, a obrigação da despesa mínima determinada pela lei. Devia a Prefeitura, que longe estava de atingir tal mínimo, constituir organismo próprio para difusão do ensino paralelamente ao do Estado?

Um exame da situação mostrou logo que a principal causa da deficiência residia na falta de prédios escolares. Uma simples constatação o demonstrava: 70% dos prédios para o ensino primário estadual eram de aluguel, adatados, imóveis, a maioria sem os necessários requisitos higiênicos-pedagógicos, alguns inomináveis, como aliás, provadamente, existem no mundo inteiro.

Para atender à população escolar, trespassavam-se os cursos. E a insuficiência se acentuava de ano para ano com o crescimento espantoso da população.

A solução se apresentou então simples e prática: a Prefeitura passaria a construir todos os prédios escolares até alcançar o número suficiente para atender a população escolar e para todos os graus e modalidades de ensino excluído o superior, e a ministração do ensino, como até então, continuaria a cargo do Estado.

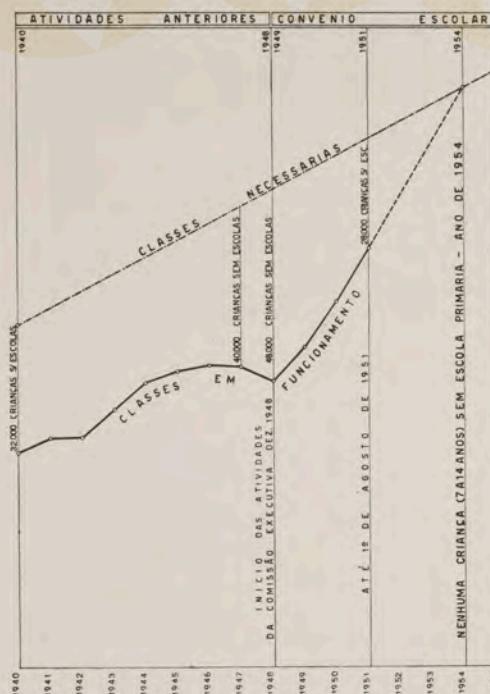
E celebrou-se então um acordo entre o Estado e o Município. E esse acordo denominou-se Convênio Escolar.

Suas finalidades ficaram bem definidas: — construção de prédios escolares e para as instituições auxiliares do ensino, auxílio às Caixas-Escolares, manutenção das instituições auxiliares dependentes da Municipalidade, auxílio às entidades oficiais ou particulares que concorressem, gratuitamente, para a difusão do ensino e assistência ao escolar.

A primeira parte, construção dos prédios, ficou, a princípio, a cargo da Secretaria de Obras da Municipalidade.

Como, porém, a organização administrativa

INFLUENCIA DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONVENIO ESCOLAR NA DIFUSÃO DO ENSINO PRIMARIO OFICIAL



municipal obrigava, pela distribuição de atividades especializadas, a uma excessiva dispersão de esforços, houve por bem a Municipalidade criar um órgão que congregasse tódoas essas atividades, órgão esse aliás previsto no próprio Convênio. E daí o que passou a ser chamada "Comissão Executiva do Convênio Escolar". Esses os fatos em sua essência.

O trabalho da Comissão Executiva, criada em fins de 1948, teve início, praticamente, em 1949. Para o seu sucesso foi necessário um tempo apreciável para a pesquisa, o conhecimento real do problema. Não foi fácil esse trabalho, pois os elementos estatísticos eram deficientes. Não fôsse a colaboração leal e entusiasta, principalmente do professorado e do povo, nenhum plano prévio poderia ser estabelecido.

Visitando escola por escola, bairro por bairro, a extensão do problema se apresentou com ares de tragédia à Comissão, motivo forte para o seu justo entusiasmo à procura da solução imediata.

E todo um emaranhado de dificuldades se erguia ante a Comissão na parte relativa ao prédio escolar.

Como devia este ser concebido ante a organização existente do ensino? Quais os rumos, as tendências dessa organização para o futuro? Dever-se-ia seguir as antigas normas ou introduzir nelas alterações e em que extensão? quais as necessidades a atender, e as mais urgentes?

Os arquitetos, engenheiros e o professorado, com as autoridades escolares, em um trabalho de equipe, resolveram o problema. E aí estão os novos prédios que a Comissão passou a construir e vem construindo com a rapidez possível. Não nos cabe julgar o trabalho da Comissão. Mas não será faltar à modestia se dissermos que nos orgulhamos dêle.

Se pouco de novo fizemos, porque a idéia que logo se concretizou, verifica-mo-lo depois através do conhecimento posterior do que se fazia pelo mundo, não era original, um aspecto podemos destacar, o seu caráter eminentemente local, bem brasileiro, esse caráter de brasiliade dado a arquitetura, pelos eminentes arquitetos da nova geração e cuja obra já transpõe, de muito, os umbrais da nossa Pátria.

Recebê-mo-la e saudê-mo-la com regozijo. Ela se colocou ao serviço do escolar e do professor para resolver-lhes os problemas. Sem se despreocupar da forma, preocupou-se com a função: a criança interessasse mais, desejar mais a escola pelo ambiente e assistência oferecidos e o professor ter a sua tarefa suavisada para o maior rendimento de sua alta missão.

A mesma orientação está sendo aplicada nos ambientes para a assistência à infância e adolescência complementando a parte instrução primária: — recantos e parques infantis, bibliotecas para adultos e menores, teatros infantis, dispensários médicos, escolas pré-primárias, vocacionais, profissionais, ginásios e colégios, escolas para anormais, escolas rurais.

E' todo um vasto programa visando sanar, até 1945, ano em que a nossa Capital vai comemorar o quarto centenário de sua fundação, o deficit alarmante que a Comissão encontrou.

São Paulo que nasceu com uma escola à sombra da Cruz se apresentará ao mundo com o seu problema escolar definitivamente resolvido honrando o mesmo signo que presidiu o seu nascimento.

Passando rapidamente à parte prática — das realizações do Convênio, nos dois e meio anos de sua existência, inclusive o período de pesquisas e organização, cumprimos salientar a construção de quarenta prédios para escola primária dos cento e vinte necessários, e muitos com ambiente para o pré-primário, duas escolas de aplicação ao ar livre, escola rural modelo, cinco dispensários médicos, dois grandes parques infantis, seis recantos infantis, três teatros para menores, excluídos os que fazem parte dos parques infantis, auxílio financeiro de vulto a várias instituições de ensino médio e profissional do Estado, inicio de três grandes prédios para o ensino secundário parte dos dez a serem distribuídos pelos vários distritos da Capital e número avultado de reformas e adaptações de prédios do Estado e do Município. A influência dessas atividades, limitada a observação ao campo do ensino primário, está clara no gráfico que ilustra esta apresentação: sensível redução do deficit escolar que será suprimido, até 1954, com a possibilidade de criação de classes nas novas salas de aula fornecidas ao Estado, e mantido o ritmo atual de trabalho que pode ainda ser acelerado.

Acreditamos que essa influência não ficará limitada ao número. Ela se fará sentir dentro em breve no próprio campo da instrução e da educação da infância e da juventude evidenciando novos problemas e novos rumos que, em parte, os antigos ambientes asfixiavam e que as condições do momento e as perspectivas já concretas de um futuro não muito remoto estão a reclamar os responsáveis pela formação da nossa gente.

ENG.º JOSE' AMADEI